

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério da Economia

Representação

Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE)

Representantes



Titular

Evandro Américo Costa

Assessor Executivo

Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur/CNC)



1º Suplente

Antonio Everton Chaves Junior

Economista

Divisão Econômica (DE/CNC)

(Compareceu)



2º Suplente

José da Silva

Especialista Executivo

Assessoria de Gestão das Representações (AGR/CNC)

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 13 de setembro de 2021

Aproximadamente 40 pessoas participaram do encontro, sendo que poucas se manifestaram, e a maior parte dos temas centrou em ajustes legais que possam vir a favorecer as micro e pequenas empresas (MPE).

Após alguns minutos de debate, ficou definido que um grupo de trabalho (GT) irá liderar a iniciativa. Este GT será composto por Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (Sempe) e Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais (Conampe), entidades que enviaram propostas para mudança no Simples Nacional, conforme o evento realizado a este respeito pela Sempe.

Será definido um calendário para recebimento de propostas, e também serão aproveitadas as contribuições feitas pelas entidades coordenadoras do trabalho. Tudo isso para ser encaminhado ao senador Jorginho Mello (PL-SC), que já possui um projeto de lei no sentido de fazer uma revisão da Lei Complementar nº 123 de 2006.

Durante a reunião, foi ressaltado pelos participantes que a conjuntura exige das entidades aceleração nos encaminhamentos, e que se deve buscar maior efetividade nas ações propostas pelo Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE), para que as empresas possam vir a ser favorecidas.

A ideia é que saia um ofício do FPMPE convidando as entidades a apoiar suas deliberações, estabelecendo um processo que permita a criação de uma maior articulação política e sinergia para convencimento dos legisladores.

Por exemplo, a CNI informou que o deputado federal Hugo Leal (PSD-RJ) ainda não cumpriu com a promessa de encaminhar o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 33/2020, que institui o Marco Legal do Reempreendedorismo . Nesse sentido, o Fórum poderia vir a se reunir e criar um documento para que as entidades pressionem o legislador para que acelere o seu propósito e cumpra a promessa.

Outro ponto levado foram os problemas com a Receita Federal e o PLP nº 46, sobre o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), conhecido como Refis, que pode vir a favorecer as MPE. Enquanto isso não acontece, empresas e contadores enfrentam dificuldades na renegociação de dívidas fiscais com o governo e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), acumulando débitos, dívidas e prazos diferentes para honrar seus pagamentos.

Finalmente, ficou decidido que o Sebrae fará apresentação sobre o Sistema Nacional de Capitalização. Após esta apresentação, a ser realizada em novembro, na próxima reunião ordinária, será constituído um grupo de trabalho para examinar a proposta de criação do sistema, dentre outras iniciativas.